

# **A Filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém – 1882-1900<sup>1</sup>**

## **Phylloxera in the municipality of Vila Nova de Ourém – 1882-1900**

Fábio Emanuel Oliveira

Universidade de Lisboa, Centro de História | ACL

oliveirafabio@edu.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2299-2384>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 22/04/2025

### *Abstract*

In the second half of the 19th century, Europe was ravaged by the phylloxera plague. The Portuguese vineyard did not escape the phylloxera which, initially, devastated the Douro region. From the 1880s onwards, the Estremadura region and the rest of Portugal were affected by this insect. The municipality of Vila Nova de Ourém was the first in the district of Santarém to show its presence, detected at Quinta da Motta, owned by António de Sousa e Alvim, and it quickly spread to the rest of the administrative area. In a preliminary analysis, shows that the geological conditions encouraged the rapid spread of the insect, coupled with the fact that most winegrowers failed to take steps to combat the pest. After two years of experimenting with carbon sulphide, planting vines on American rootstocks proved to be the most successful way of solving the problem. Wine production fell considerably to the point where the municipality had to import wine for its own

### *Resumo*

Na segunda metade do século XIX, a Europa vitícola foi assolada pela praga filoxérica. O vinhedo português não escapou aos filoxeras que, numa primeira fase, começaram por devastar a região duriense. A partir da década de 1880, a região da Estremadura e o restante território português foram afetados por este inseto. O concelho de Vila Nova de Ourém foi o primeiro do distrito de Santarém a manifestar a sua presença, detetada na Quinta da Motta, propriedade de António de Sousa e Alvim, e rapidamente proliferou pela restante área administrativa. Numa análise preliminar, apreende-se que as condições geológicas fomentaram a rápida disseminação do inseto aliado ao alheamento da maioria dos viticultores na tomada de providências para o combate à praga. Depois de dois anos de experiências com sulfureto de carbono, a plantação de videiras em porta-enxertos americanos revelou-se a mais proveitosa para solucionar o problema. A produção vinícola diminuiu

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto "Os distritos de Santarém e de Leiria ao tempo da Phylloxera vastatrix (1882-1910): consequências económicas, sociais e políticas", com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/PRT/BD/154414/2022>.

consumption. But this plague led to the adoption of new viticultural practices by ouréenses winegrowers.

Keywords: Phylloxera; Viticulture; Vila Nova de Ourém.

consideravelmente ao ponto de o concelho ter de importar vinho para o seu consumo. Porém, a praga incrementou a adoção de novas práticas vitícolas pelos viticultores ouréenses.

Palavras-chave: Filoxera; Viticultura; Vila Nova de Ourém.

## Introdução

A filoxera invadiu a Europa vitícola da segunda metade do século XIX. Os estragos avultados tornaram-na notável e inspiradora de inúmeros encontros, da publicação de livros e promotora da revolução tecnológica e cultural operada no sector vitícola internacional. Em Portugal, sentida originalmente na região do Douro, a praga filoxérica estendeu-se à província da Estremadura a partir da década de 1880. Segundo Conceição Andrade Martins, “o terrível afídio” transformou vinhas em mortórios, alterou a paisagem, aumentou os custos de produção, fomentou a vinha americana, provocou a emigração de inúmeras famílias e suscitou crises vinícolas<sup>1</sup>.

A historiografia agrária portuguesa aprofundou temáticas relacionadas com a venda dos bens eclesiásticos, “o atraso económico português e a formação do espaço económico nacional”<sup>2</sup>. Nas décadas de 1990 e 2000, surgiram novos trabalhos sobre o século XIX, nomeadamente o estudo da vitivinicultura e respetivas doenças. Para o concelho de Vila Nova de Ourém, marcadamente vitivinícola, só encontramos o trabalho de David Simões Rodrigues, intitulado, *Seiça: a Terra e o Povo*, onde transcreveu alguns excertos das memórias de António de Sousa e Alvim. Assim, pretendemos contribuir para superar esta lacuna e analisar o impacto da filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém.

A proveniência geográfica do inseto gerou um consenso alargado observado nos trabalhos que mencionaremos de seguida. Na obra *Le Phylloxéra. Une guerre de trente ans, 1870-1900*, Gilbert Garrier comparou o caso francês com Portugal, Espanha e Itália; conforme atestou, em meados da década de 1860, tanto França como Portugal detetaram a praga a qual deixou de progredir em 1894/95<sup>3</sup>.

Conceição Andrade Martins, no artigo *A filoxera na viticultura nacional*, corroborou essas perspetivas, mas dividiu a invasão filoxérica no território português em duas fases: a primeira, circunscrita à região do Douro e distritos limítrofes entre os decénios de 1860-1870; a segunda, no restante território no período de 1880 a 1890. Aprofundou a disseminação da praga à escala nacional, sem desatender a distorção de valores das áreas afetadas, superiores à realidade

---

<sup>1</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional”, *Análise Social*, 26, 112-113 (1991), p. 653 e 654.

<sup>2</sup> Margarida Sobral Neto, “A Historiografia Rural Portuguesa”, *Studia Historica. História Moderna*, 29 (2007), p. 258.

<sup>3</sup> Gilbert Garrier, *Le Phylloxéra. Une guerre de trente ans, 1870-1900*, Albin Michel, 1989, p. 37-40.

devido ao decreto de 9 de dezembro de 1886 o qual considerava “filoxerado todo o concelho onde existirem vinhas invadidas pela filoxera”<sup>4</sup>.

A nível local, a origem e propagação da praga variou consoante a região. Para a região do Douro, Gaspar Martins Pereira nos artigos *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*, e, *«Morte e ressurreição»: o Douro perante a filoxera*, não apresentava certezas quanto à proveniência da filoxera no Douro devido ao oídio, ainda presente<sup>5</sup>; porém, afiançava a origem americana da praga<sup>6</sup>. António Valério Maduro aflorou a luta contra a filoxera na tese intitulada *Tecnologia e economia agrícola no território alcobacense: séculos XVII-XX*. Segundo apurava, o município de Alcobaça foi atingido em 1887, por uma nódoa filoxérica vinda de Porto de Mós, posteriormente estendida em virtude da ação do vento<sup>7</sup>.

Maria Goretti Matias, em *Vinho e Vinhas em tempo de crise: o oídio e a filoxera na região Oeste, 1850-1890*, detalhou a disseminação do inseto pelo distrito de Leiria; segundo destacou, os concelhos da Batalha e Pombal recusaram-se a adotar mecanismos de combate e concluiu que a plantação de bacelos infetados, como o vento, foram as causas da propagação<sup>8</sup>. Nessa conformidade, quais as proveniências, quais os ritmos da disseminação da filoxera pelo concelho de Vila Nova de Ourém? Além dos aspetos mencionados, terá existido outro fator promotor da proliferação da praga no município em estudo?

Os meios utilizados para combater a filoxera foram decalcados da legislação francesa, como referiu Gilbert Garrier. A criação de comissões de vigilância anti filoxérica; a interdição de circulação e de importação de bacelos; o tratamento através da submersão, do sulfureto de carbono e reconstituição de vinhas com bacelos americanos foram disposições adotadas na Convenção Filoxérica de Berna, em 1881. No ano seguinte, essas medidas eram ratificadas por “la France, l’Allemagne, l’Autriche-Hongrie, la Suisse et le Portugal”<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 654-660.

<sup>5</sup> Gaspar Martins Pereira, “A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 6 (1989), p. 323.

<sup>6</sup> Gaspar Martins Pereira, “«Morte e ressurreição»: o Douro perante a filoxera” in Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal (ed.), *Douro Contemporâneo: actas*, [S.l.], GEHVID, 2006, p. 154.

<sup>7</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola no território alcobacense: séculos XVII-XX*, Coimbra, [s.n.], 2007, p. 582-586.

<sup>8</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise: o oídio e a filoxera na região Oeste, 1850-1890*, Caldas da Rainha, PH – Estudos e Documentos, 2002, p. 124-130.

<sup>9</sup> Gilbert Garrier, *Le Phylloxéra...*, cit., p. 64.

Na Estremadura, numa primeira fase, o sulfureto de carbono foi o método mais utilizado, apesar de os Autores o reconhecerem como meio preventivo. Segundo os trabalhos mencionados de Maria Goretti Matias e de António Valério Maduro, os maus resultados obtidos deveram-se às características geológicas, nomeadamente os solos argilosos<sup>10</sup>.

Em *A Agronomia Portuguesa no século XIX: a imagem da natureza nas propostas técnicas*, Maria Carlos Radich analisou as condições propícias para a aplicação do inseticida. Segundo defendeu, os solos argilosos e calcários, capazes de conservar a humidade, não permitiam a circulação de ar nas raízes, ao invés dos arenosos, motivo dos melhores resultados alcançados<sup>11</sup>. Aliás, Conceição Andrade Martins exemplificava com os casos de Almeirim e Alpiarça devido às características arenosas dos solos<sup>12</sup>.

Os viticultores estremenhos preferiram a replantação de vinhas com bacelos americanos enxertados com castas locais. Para António Valério Maduro, os bacelos americanos resistiam ao ataque do inseto por possuírem raízes mais finas; mais, as plantas começavam a produzir mais cedo tornando-se mais produtivas que as europeias. O Autor considerou o concelho de Alcobaça como exemplar da aposta na plantação de bacelos americanos, apesar do seu ceticismo inicial<sup>13</sup>. O mesmo foi observado nos concelhos de Óbidos e de Caldas da Rainha, com a consequente criação de viveiros para reproduzir os bacelos americanos<sup>14</sup>.

No entanto, para Maria Carlos Radich, a resistência das diferentes castas americanas dependia da adaptabilidade respetiva aos solos portugueses. Para as condições geológicas da Estremadura, segundo a autora, as castas americanas mais adaptáveis eram a Riparia (destinada a terras de várzea) e a Rupestris (destinada a terras de encosta) para os solos argilosos, e a Berlandieri para os solos calcários<sup>15</sup>. Assim, qual foi a reação dos vitivinicultores oureenses aos meios de combate? E qual a réplica do executivo municipal? Qual foi o papel desempenhado por António de Sousa e Alvim? Qual a solução com melhores resultados? Além das castas citadas, terão sido utilizadas outras castas americanas no concelho?

---

<sup>10</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 588; Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 130 e 132.

<sup>11</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX: a imagem da natureza nas propostas técnicas*, Lisboa, [s.n.], 1987, p. 215 e 218.

<sup>12</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 666.

<sup>13</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 591 e 595.

<sup>14</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 136 e 143.

<sup>15</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX...*, cit., p. 222 e 228.

A filoxera fomentou a inovação técnica e tecnológica em torno da vinha. Conforme os autores referidos, a praga obrigou os viticultores a granjear melhor as explorações, desde as podas, as enxertias, as adubações e a geometrização da vinha para maior eficiência dos tratamentos. Tais melhoramentos encareceram os custos de produção: Miriam Halpern Pereira, em *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do século XIX*, acrescentava que, em concelhos como Benavente, Alcácer do Sal e Palmela, materializava-se o recurso à máquina a vapor Fowler para plantação de vinhas<sup>16</sup>.

No entanto, essa solução não se observou em concelhos como o de Alcobaça; conforme António Valério Maduro, só os grandes proprietários tinham acesso a máquinas e a enxada mantinha-se como o instrumento mais utilizado nestas operações agrícolas<sup>17</sup>. Maria Goretti Matias aludia à fraca rentabilidade da maquinaria em pequenas parcelas, além das opções do pequeno viticultor, de nunca abdicar de outras culturas importantes para a economia familiar<sup>18</sup>. Assim, se a praga comportou a necessidade de novos métodos de plantação, poda, enxertia e adubação, como terão os viticultores oureenses aderido e aplicado novos granjeios?

Não menos importante, a produção de vinho ressentiu-se dos efeitos da praga; segundo Miriam Halpern Pereira, até meados da década de 1880, a produção aumentou e assistiu-se a uma subsequente diminuição gradual até 1895. Nessa data iniciava-se uma recuperação até ao final do século XIX, com níveis de sobreprodução. A autora considera que a aplicação do sulfureto de carbono, as adubações e a importação de vinho pelo mercado francês justificam a tendência expansionista até 1887. A quebra estimada em 50% resultava da interação de outras doenças como o míldio. Por último, a sobreprodução deveu-se à plantação massiva de vinhas com bacelos americanos e à falta de mercados externos, nomeadamente o francês<sup>19</sup>.

Conceição Andrade Martins perfilhou a tese de Miriam Halpern Pereira e secundou as alterações na geografia vitícola em face dos níveis produtivos. A saber, a quebra sentida em alguns concelhos foi compensada pelo aumento produtivo noutras regiões<sup>20</sup>. Para Alcobaça, António Valério Maduro discorda do impacto do míldio na quebra de produção, mitigado pela aplicação diligente dos tratamentos. Ainda assim, reconhecia o aumento produtivo a partir dos

---

<sup>16</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, p. 171.

<sup>17</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 624.

<sup>18</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 148.

<sup>19</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 175.

<sup>20</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 678.

anos 1890<sup>21</sup>. Tendo em conta este cenário, terá o concelho de Vila Nova de Ourém acompanhado estas tendências? Estas são as questões de fundo que pretendemos dar resposta.

### Vila Nova de Ourém: breve caracterização

No último quartel do século XIX, o concelho de Vila Nova de Ourém encontrava-se inserido na província da Estremadura. Situado no distrito de Santarém, situava-se geograficamente “no Centro-Oeste e a Noroeste da cidade de Santarém”<sup>22</sup> com uma área de cerca de 467,57 km<sup>2</sup><sup>23</sup>. O município partilhava fronteiras a norte com o concelho de Pombal, a sul com o de Torres Novas, a nordeste com Alvaiázere, a oeste com Leiria e Batalha, a este com Tomar e Ferreira do Zêzere<sup>24</sup>.

A nível demográfico, a população aumentou significativamente. Segundo o Censo de 1878, contava com 19.983 habitantes; no de 1890, 22.084 habitantes; e no de 1900, 25.470 residentes de facto<sup>25</sup>. Esta massa populacional distribuía-se pelas seguintes freguesias: Espite, Fátima, Formigais, Freixianda, Olival, Ourém, Rio de Couros, Seiça e Vila Nova de Ourém<sup>26</sup>. Essas circunscrições caracterizavam-se pela sua ruralidade, exceto as de Vila Nova de Ourém e de Freixianda<sup>27</sup>.

Territorialmente, o concelho apresentava uma expressão multifacetada. A Sul, avistava-se como limite a Serra de Aire com 677 m. de altitude, “região de serranias pedregosas, com formações geológicas datadas do Jurássico

<sup>21</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 595, 617 e 630.

<sup>22</sup> Paulo Santos Fonseca, “Concelho de Ourém – Enquadramento geográfico” in Jaqueline Pereira e Alexandre Gonçalves (ed.), *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2006, p. 21.

<sup>23</sup> *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 40.

<sup>24</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, [s.n.], 2022, p. 19 e 20.

<sup>25</sup> João da Costa Brandão e Albuquerque, *Censo de 1878. Relação das Freguesias do Continente e Ilhas. População, Sexos e Fogos*, Lisboa, Typographia Universal, 1879, p. 122-128; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890...*, cit., p. 14 e 16; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 14 e 16; *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 16 e 18.

<sup>26</sup> *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar...*, cit., p. 2709.

<sup>27</sup> José Poças das Neves, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso, Apêndice*, Lisboa, [s.n.], 2003, p. 23.

Médio Superior, predominando os calcários duros”. A aridez dos vales, com predominância do cascalho, determinava a prevalência de plantas como a oliveira, a azinheira, a figueira, o medronheiro, a moita, a aroeira, o sargaço, o alecrim e o rosmaninho<sup>28</sup>.

A norte do concelho predominavam os “calcários dolomíticos e margosos, aluviões, arenitos, argilas e conglomerados. Estas formações geológicas datam do Cretácico e do Miocénico, encontrando-se também recentes formações aluvionares”<sup>29</sup>. Nesse espaço, as culturas da vinha, do milho, da batata e do pinheiro, com dominância do último que ocupava a “porção mais árida do solo”<sup>30</sup>.

A região norte era constituída hidrograficamente por várias ribeiras e afluentes, como o Rio Nabão, as ribeiras do Fárrio, de Seiça, da Salgueira, do Olival, de Caxarias e da Beselga, inseridos na Bacia do Tejo, ao invés dos cursos de água existentes na freguesia de Espite, enquadrados na Bacia do Liz. A nível climático, o concelho apresentava uma feição temperada mediterrânica. Com a proximidade do Oceano Atlântico e a condensação originada pela Serra de Aire, a região sul do concelho registava níveis de pluviosidade superiores<sup>31</sup>.

A economia ourense refletia as características geográficas do território e, por extensão, a diversidade. A nível agropecuário, o concelho produzia azeite, vinho, milho, ovos, galinhas, bovinos e suínos em maior escala; acresciam ainda amêndoas, nozes, maçã, pera e figo. Industrialmente, destacava-se na produção de mobília de pinho, resina, cal, telha, tijolo, bem como na extração e serração de pedra para cantaria<sup>32</sup>. Os produtos eram expedidos através das estações de caminho de ferro de Chão de Maças e de Caxarias<sup>33</sup> e vendidos nas feiras concorridas e mercados do concelho.

Existiam igualmente outros ofícios e profissões associados como serradores e resineiros que trabalhavam nos extensos pinhais. Carpinteiros, sapateiros, alfaiates, tecedeiras, tanoeiros e cesteiros que fabricavam artigos essenciais ao quotidiano das populações<sup>34</sup>. Contudo, a maioria da população ourense

---

<sup>28</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 21.

<sup>29</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 22.

<sup>30</sup> Paulo de Moraes, *Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 7.ª Região Agronómica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 27.

<sup>31</sup> Paulo Santos Fonseca, “Concelho de Ourém – Enquadramento geográfico...”, cit., p. 22.

<sup>32</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 23, 26 e 27.

<sup>33</sup> José Poças das Neves, *A Fátima nos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima, Rotary Club, 2005, p. 185-187.

<sup>34</sup> Ana Saraiva Neves, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2001, p. 34-37.

trabalhava na agricultura, ora cultivando as respetivas propriedades<sup>35</sup>, ora trabalhando à jorna. Este modo de vida evidenciava uma sociedade aferrada aos costumes campestres e anacrónicos. Aliás, os agricultores ourenses preferiam espantar os males das culturas refugiando-se na religião, do que contribuir para o associativismo agrícola<sup>36</sup>.

Neste território observava-se a interdependência das diferentes atividades laborais existentes. A saber, o rendimento dos ourenses provinha sobretudo da agricultura. Porém, quem se dedicava aos ofícios ou à atividade industrial complementava os proventos com a atividade agrícola. Portanto, o concelho de Vila Nova de Ourém apresentava uma “economia pouco competitiva, nada progressiva e essencialmente de subsistência”<sup>37</sup>.

### **Situação vitivinícola do concelho nas vésperas da invasão filoxérica**

A segunda metade do século XIX marcou o início da transformação vitícola à escala global. Tanto os viticultores como os produtores europeus tiveram que se adaptar às novas mudanças que revolucionaram e integraram ainda mais os mercados. Do lado da procura, a rápida urbanização devido ao desenvolvimento industrial, o aumento dos rendimentos e a diminuição dos custos de transporte graças ao caminho de ferro, potenciaram o consumo de vinho em França, mas também em Itália, Espanha e Portugal. A destruição provocada pelas epifítias como o oídio<sup>38</sup>, a filoxera e o míldio<sup>39</sup> foi severamente sentida em França. Em consequência, os preços do vinho aumentaram incentivando os comerciantes a procurarem outras fontes de abastecimento noutras regiões, nomeadamente em Portugal<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Correspondência recebida dos Serviços Agronómicos do distrito de Santarém*, proc. 2/1 – NP 1034, 6-11-1909.

<sup>36</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 23 e 26.

<sup>37</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 28.

<sup>38</sup> O oídio era um fungo que se manifestava na parte superficial das folhas da videira. Apresentava uma cor branca ou cinzenta desenvolvendo-se quando as temperaturas aumentavam a par da existência de humidade no ar. O enxofre era o inseticida utilizado para o combater. In Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 290.

<sup>39</sup> O míldio era um fungo que se manifestava nos dois lados da folha da videira de forma translúcida. Para combater esta doença deveriam ser aplicados tratamentos preventivos, nomeadamente o cobre. In Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 290.

<sup>40</sup> James Simpson, *Creating Wine: the emergence of a world industry, 1840-1914*, Princeton Academic Press, 2011, p. 30.

No contexto português, estas epifítias contribuíram igualmente para essa mudança, devido às quebras na produção e ao aumento das despesas com os cuidados culturais que modificaram a carta vitícola portuguesa<sup>41</sup>. De facto, no caso do oídio, as províncias da Estremadura, do Alentejo e do Algarve acusaram quebras produtivas menores, cerca de 77% em 1855-56, comparativamente à região nortenha, na qual estavam incluídas as províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, com quebras que variaram os 78% a 84% em 1859-60<sup>42</sup>.

Fazendo parte da província da Estremadura, o concelho de Vila Nova de Ourém acompanhou este cenário vitícola, uma vez que em 1855, a produção vinícola foi avaliada de “regular colheita de vinho em 3:000 pipas termo medio”. Segundo José Elyseu, a partir desse ano, a cultura da vinha “aumentou consideravelmente, embora o rendimento diminuísse por efeito do mal (...) do bolor”, ou seja, por causa do oídio<sup>43</sup>.

Quadro 1 – Produção Vinícola Pré-Filoxérica no concelho de Vila Nova de Ourém.

| Anos              | 1855      | 1857    | 1858-1859 | 1860-1862 | 1868-1870 |
|-------------------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Produção (litros) | 1.350.000 | 840.000 | 3.100.000 | 520.000   | 3.100.000 |

Fonte: Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal. Do Pombalismo à Regeneração*, Évora, [s.n.], 1998, p. 375.

Os dados apresentados no Quadro 1 não permitem uma visão aprofundada das produções, pelo menos, em termos médios, por década. Contudo, na esteira das indicações deixadas por José Elyseu, os anos referentes à quebra produtiva eram justificados pelo oídio, enquanto o período com produções exponenciais confirmavam o acréscimo da cultura da vinha no território ourense. Por exemplo, na freguesia de Seiça, o proprietário da Quinta da Motta, António de Sousa e Alvim<sup>44</sup> plantou várias vinhas, entre as décadas de 1860 e 1870. Aliás, só em 1880, mandou acrescentar às vinhas velhas “mais de 300.000 pés de

<sup>41</sup> Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal. Do Pombalismo à Regeneração*, Évora, [s.n.], 1998, p. 305.

<sup>42</sup> Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal...*, cit., p. 369 e 370.

<sup>43</sup> José das Neves Gomes Elyseu, *Esboço Histórico do Concelho de Villa Nova de Ourem*, Lisboa, Typ. Universal, 1868, p. 21.

<sup>44</sup> António de Sousa Gomes Castelino e Alvim (1830-1908), foi um grande proprietário e vitivinicultor ourense. Residente na Quinta da Motta, participou com os seus produtos em exposições nacionais e internacionais e exerceu o cargo de vereador. In David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo*, Ourém, Câmara Municipal, 2007, p. 502 e 503.

castas escolhidas vindas do Douro, Leiria, Bairrada, Torres Novas, Santarém, Cartaxo, Torres Vedras e do Algarve”<sup>45</sup>.

Conforme Conceição Andrade Martins, o aumento produtivo explicava-se pela expansão da vinha em regime extensivo, alargando a área cultivada com esta cultura a outros terrenos férteis. Essa tendência resultava da procura interna e externa de vinhos como vinhos, da concorrência do trigo americano com o trigo nacional e das vantagens proporcionadas pela cultura da vinha, isto é, o emprego de mão de obra durante todo o ano, com impacto no decréscimo da emigração, além da capacidade adaptativa a todo o tipo de solos<sup>46</sup>.

Em meados da década de 1870, a cultura da vinha abrangia cerca de 202.579 hectares do território nacional<sup>47</sup>. Apesar do nosso esforço, não encontramos ainda essa informação em específico para o concelho em estudo; mas segundo a Carta Vinícola de 1877, a área vitícola do concelho situava-se nas freguesias de Vila Nova de Ourém e de Seiça, mas também com menos expressão nas de Olival e de Rio de Couros<sup>48</sup>.

O Douro apresentava a maior área de produção vinícola nacional, cerca de metade da mencionada anteriormente, e 75% dessa destinava-se ao fabrico do vinho do Porto<sup>49</sup>. A segunda região correspondia à província da Estremadura, onde se encontravam importantes centros vinhateiros como “Torres Vedras, Cartaxo, Torres Novas, Carcavellos, Lavradio, Setúbal, termo de Lisboa, Collares, Bucellas e Figueiró dos Vinhos”<sup>50</sup>.

No final da década, começou a verificar-se o impacto dos estragos provocados pela filoxera na esfera duriense; quanto à Estremadura, Alentejo e Algarve se antes da eclosão da praga contribuíam com 1/4 da produção vinícola nacional, passaram a ombrear com os níveis produtivos do Douro. Por exemplo, alguns centros vitícolas como Óbidos, Torres Vedras, Santarém e Cartaxo apresentavam produções superiores a 50.000 hl, algo igualmente observado em concelhos como Vinhais, Alijó, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Viseu<sup>51</sup>. Portanto, no final da década de 1870 a geografia vitícola nacional encontrava-se em mudança, uma transformação prolongada nas décadas seguintes.

---

<sup>45</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 506-509.

<sup>46</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 655.

<sup>47</sup> Gerardo Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 122.

<sup>48</sup> *Carta Vinícola de Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, 1877.

<sup>49</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 654.

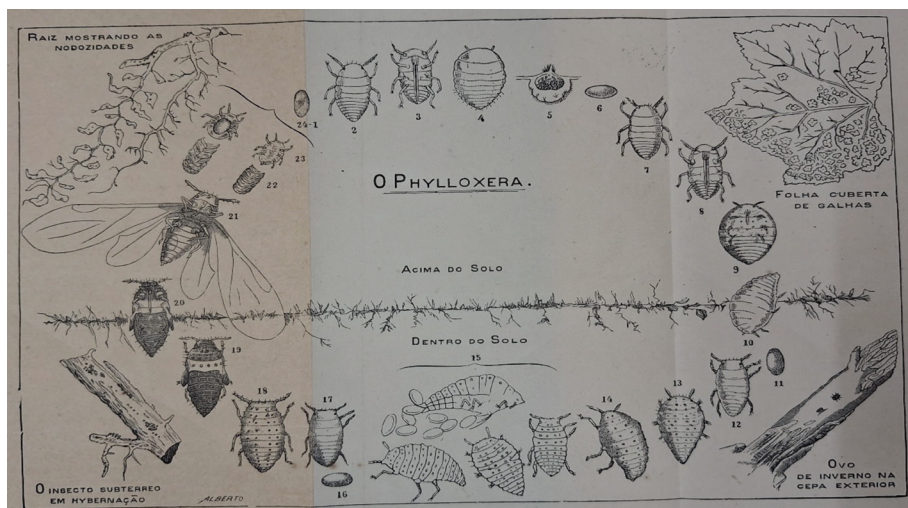
<sup>50</sup> Gerardo Pery, *Geographia e Estatística Geral...*, cit., p. 108.

<sup>51</sup> Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal...*, cit., p. 309.

## Características biológicas da Filoxera

A *Phylloxera vastatrix* era um inseto que atacava somente a cultura da vinha<sup>52</sup>. Com origens na América do Norte, foi descoberto por Asa Fitch em 1854. Em 1868, o entomologista Jules-Émile Planchon denominou-o de *vastatrix*. Como hemíptero, fazia parte da família dos afídios<sup>53</sup> e podia ser observado tanto no solo junto às raízes como nas folhas da videira, existindo ao mesmo tempo filoxeras com e sem asas<sup>54</sup>.

Fig. 1 – Ciclo biológico do filoxera.



Fonte: Manoel Paulino d'Oliveira, *Instruções Práticas para as Comissões de Vigilância e para os Viticultores*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1878, p. 58.

Atendendo à Fig. 1, a filoxera apresentava diferentes características físicas ao longo do processo reprodutivo. O ovo de inverno iniciava o processo reprodutivo que, por norma, encontrava-se no tronco da planta. Na primavera, quando as temperaturas começavam a aumentar os ovos de inverno eclodiam. Os seres daí resultantes assumiam a forma de áptero de cor amarela clara, ou seja, eram compostos por uma cabeça, dois olhos, duas antenas, um aparelho sugador,

<sup>52</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 115.

<sup>53</sup> A. M. Couto Almeida, *Cultura da vinha perante a phylloxera*, ISA, Dissertação Inaugural, 1884, p. 3.

<sup>54</sup> Eduardo Loarer, *A Phylloxera. Pulgão da Vinha*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Typ. Progressista, 1873, p. 4.

um tórax e três pares de patas, atingindo os 25 a 45 centésimos de milímetro. Instalados nas folhas da videira por eles picada, formavam uma auréola saliente, onde depositavam 200 a 800 ovos. Estas eram as filoxeras galícolas, fêmeas e com capacidade reprodutiva por partenogénese<sup>55</sup>.

Em junho, os ovos existentes nas folhas da videira irrompiam e muitas das filoxeras emigravam para as raízes da videira<sup>56</sup>. O potencial de multiplicação era espantoso: fazia-o “por sete ou oito vezes, dando em resultado que um só phylloxera pode estar reproduzido no fim do anno da vida activa em 12.800:000 de seres semelhantes”<sup>57</sup>. As filoxeras no subsolo eram as radícolas; aliás, tais formavam o contingente observado em Portugal.

Por norma, os ovos das filoxeras radícolas eclodiam em setembro na forma áptera. Quando irrompiam próximo do inverno, ou as temperaturas eram inferiores a 10º graus centígrados, hibernavam e alimentavam-se da seiva das raízes levando a videira à morte. Contudo, também existiam filoxeras que evoluíam para a dimensão de ninfa, a saber, na terceira metamorfose a filoxera adquiria rudimentos de asas<sup>58</sup>. Depois de emergir do solo, a filoxera transformava-se em alada, que excedia um milímetro de comprimento, de olhos pretos, antenas compridas e com dois pares de asas. À superfície voava para outras videiras e colocava três a quatro ovos nas folhas. Desses nasciam filoxeras sexuais, em forma de áptero que, se cruzados, as fêmeas colocavam um único ovo, o ovo de inverno. E o ciclo iniciava-se novamente<sup>59</sup>.

### **A descoberta da praga na Quinta da Motta e a sua disseminação pelo concelho**

Com origens americanas, a filoxera foi identificada na Europa em estufas inglesas no ano de 1863. Mais tarde, em 1868, foi reconhecida em França<sup>60</sup>. A importação de bacelos americanos resistentes ao oídio explica a entrada na Europa<sup>61</sup>. Mas, quando e como terá chegado a Portugal? Segundo Conceição

---

<sup>55</sup> Manoel Paulino d’Oliveira, *Instruções Práticas...*, cit., p. 10 e 11.

<sup>56</sup> Manoel Paulino d’Oliveira, *Instruções Práticas...*, cit., p. 11 e 12.

<sup>57</sup> *Annaes Agricolas do Districto de Leiria*, Leiria, Typ. Leiriense, 1881, p. 16.

<sup>58</sup> *Annaes Agricolas do Districto de Leiria...*, cit., p. 16 e 17.

<sup>59</sup> Manoel Paulino d’Oliveira, *Instruções Práticas...*, cit., p. 13 e 14.

<sup>60</sup> A aparição das primeiras nódos filoxéricas em França ocorreram em “Pujaut (Gard), entre 1863 et 1865, à La Crau-Saint-Rémy (Bouches-du-Rhône), entre 1865 et 1868, à Floirac (Gironde), entre 1866 et 1869”. In Gilbert Garrier, *Le Phylloxéra...*, cit., p. 25.

<sup>61</sup> A. M. Couto Almeida, *Cultura da vinha...*, cit., p. 4.

Andrade Martins, a praga foi reconhecida no território português a partir de meados da década de 1860 e ficou circunscrita à região do Douro. A autora colocava a hipótese de a filoxera ter sido importada de França, através de bacelos franceses, por um viveirista do Porto, apesar de não o identificar<sup>62</sup>.

Situada na localidade da Valada, freguesia de Seiça, a Quinta da Motta foi a primeira propriedade ourensense onde a filoxera foi identificada<sup>63</sup>. Propriedade de António de Sousa e Alvim, esta Quinta surgia recorrentemente na imprensa vitivinícola como um exemplo das boas e progressistas práticas vitícolas do proprietário. Até 1880, produzia anualmente mais de 400 pipas de vinho, mas a quebra para 120, levou António de Sousa e Alvim a equacionar a possibilidade das vinhas terem sido afetadas pela filoxera. Em 1881, “as vinhas da cerca, da borda do rio, na Tojeira e em Alburitel” foram atacadas pelo afídio, com repercussões económicas para o proprietário<sup>64</sup>.

Em maio de 1882, num ofício dirigido à Câmara Municipal, a Comissão Central Anti Filoxérica do Sul do Reino solicitou providências no sentido de combater o flagelo<sup>65</sup>. Em junho, o administrador do concelho enviou aos principais proprietários vitícolas, António de Sousa e Alvim, João Carlos da Silva Ataíde<sup>66</sup> e o dr. Agostinho Albano de Almeida<sup>67</sup>, um pedido de informação, “com toda a exactidão se nas vinhas de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem aparecido a phylloxera vastatrix, e no caso affirmativo, se é grande o número de videiras atacadas”<sup>68</sup>. Dez dias depois instruiu os regedores no sentido de sensibilizar os proprietários para a necessidade de identificar a moléstia e observar das ordens do agrónomo distrital<sup>69</sup>.

---

<sup>62</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 653 e 654.

<sup>63</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 46.

<sup>64</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>65</sup> Arquivo Histórico Municipal de Ourém (AHMO), *Atas da Câmara Municipal*, livro 516/1, 31-05-1882, fls. 256 e 257.

<sup>66</sup> João Carlos da Silva Ataíde (1821-1891), natural de Leiria, mas residente na Quinta da Parreira, em Vila Nova de Ourém, foi fidalgo cavaleiro da Casa Real. In Francisco Queiroz, *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria. Do século XIX à actualidade*, vol. III, Leiria, Jorlis – Edições e Publicações, 2018, p. 138 e 139.

<sup>67</sup> Agostinho Albano de Almeida (1819-1890), foi um médico natural de Vila Nova de Ourém. In Ana Correia de Carvalho, “A Família Almeida e o seu legado” in Ana Correia de Carvalho e Telmo Ferraz (ed.), *Agostinho Albano de Almeida: bicentário do nascimento, 27 de Outubro de 1819-2019*, Ourém, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida/Município de Ourém, 2019, p. 51 a 53.

<sup>68</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 17-06-1882, fl. 30.

<sup>69</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 27-06-1882, fl. 34.

O governador civil de Santarém recebeu um ofício do administrador do concelho sobre a suspeita da existência de filoxera nas vinhas de António de Sousa Alvim. O agrónomo distrital, Francisco Raimundo da Silveira<sup>70</sup>, foi incumbido de inspecionar as vinhas<sup>71</sup> e constatou a existência da praga numa área aproximada de 10 hectares e com estragos assinaláveis<sup>72</sup>. Essa situava-se entre a Quinta da Motta e a Tojeira, local propício de irradiação para os concelhos vizinhos<sup>73</sup>. Portanto, em junho de 1882 a filoxera foi identificada no concelho de Vila Nova de Ourém.

Porém, como é que a filoxera invadiu o concelho, uma vez que, o mesmo se encontrava afastado das principais nódoas filoxéricas do país? Relembre-se, António de Sousa e Alvim, até então, arroteava inúmeros terrenos nos quais plantou bacelos provenientes de diversas partes do país<sup>74</sup>. De igual modo, mantinha uma ligação regular com a Casa Marques Loureiro, sita no Porto, na qual, há mais de dez anos, adquiria árvores, arbustos e bacelos. Plantas que se encontravam com a maleita<sup>75</sup>. Portanto, a difusão da praga foi auxiliada pelos meios de transporte, por pessoas e pelo vento. Estes fatores explicavam a existência de vinhas indemnes entre os diferentes focos filoxéricos<sup>76</sup>.

A praga disseminou-se rapidamente no concelho; ainda assim, nas pesquisas efetuadas no ano de 1882, em cerca de 200 hectares inspecionados, encontraram-se vinhas filoxeradas e muitas livres do inseto<sup>77</sup>. No ano seguinte a área observada aumentou para 390 hectares, abrangendo as localidades entre Chão de Maças até à vila, sede de concelho e desse ponto até ao norte do concelho de Torres Novas<sup>78</sup>. Sublinhe-se, da vila “em direcção a Leiria há uma extensa charneca com muito pouca vinha, onde se não verificou ainda a existência da doença”<sup>79</sup>.

<sup>70</sup> Francisco Raimundo da Silveira (1844-1904), foi um agrónomo natural de Alpiarça. In Ana Teresa Jorge, *Tributos aos Directores da Escola*, Santarém, Escola Superior Agrária, 2018.

<sup>71</sup> Segundo o artigo 3.º do decreto de 22 de junho de 1880, “Os agrónomos dos districtos, (...) são obrigados, sob sua responsabilidade, a proceder immediatamente ao exame directo de qualquer vinha, quando o proprietário, rendeiro ou usufrutuário d’ella requisitar essa visita por suspeito de invasão phylloxerica”. In *Diário do Governo* n.º 139, 22-06-1880, p. 1594.

<sup>72</sup> *Gazeta dos Lavradores*, outubro de 1882, p. 160.

<sup>73</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 14.

<sup>74</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 504.

<sup>75</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>76</sup> *Annaes Agricolas do Districto de Leiria...*, cit., p. 17.

<sup>77</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 15.

<sup>78</sup> *Gazeta dos Lavradores*, fevereiro de 1883, p. 31.

<sup>79</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 66.

No entanto, em 1883, somente as freguesias de Seiça, Rio de Couros e Olival tinham sido analisadas e, no final do ano, iniciava-se esse serviço na freguesia de Formigais<sup>80</sup>.

Quadro 2 – Superfície cultivada, filoxerada e perdida em hectares no ano de 1883.

| Freguesias    | Área cultivada | Vinhas filoxeradas | Vinhas perdidas | N.º de vinhas |
|---------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Seiça         | 206            | 63                 | 12              | 1.132         |
| Rio de Couros | 13             | -                  | -               | 130           |
| Olival        | 30             | -                  | -               | 230           |

Fonte: *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 66.

Atendendo ao Quadro 2, verificamos que a maior área cultivada, 206 hectares na freguesia de Seiça, apresentava 63 vinhas filoxeradas, das quais 12 estavam totalmente perdidas. As restantes freguesias ainda não tinham sido atingidas, correspondendo a freguesia de Olival à extensa charneca em direção a Leiria.

Em 1884, as inspeções às vinhas continuaram e observou-se um agravamento da área de vinhas perdidas para cerca de 70 hectares, enquanto a área invadida situava-se então nos 1.195 hectares. Segundo o relatório, os valores apontados não correspondiam exatamente à realidade, atendendo à natureza incompleta dos dados respeitantes à área inspecionada de cada vinha. A falta de indicações explicava os resultados: o agrónomo recorreu à produção de 1882 e ao número de pipas por hectare para obter a área de vinhas mencionada<sup>81</sup>. Porém, reconhecia: “o alastramento da doença é sensível, havendo já subido o número de vinhas abandonadas”<sup>82</sup>. De facto, em 1887, o concelho achava-se “todo invadido pelo phylloxera”<sup>83</sup>.

<sup>80</sup> “Foi mandado pagar ao pesquisador de phyloxera, em serviço neste concelho, a quantia de trezentos e sessenta réis diários para alimentação”. In AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 516/1, 17-10-1883, fl. 288.

<sup>81</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 1 e 2.

<sup>82</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884...*, cit., p. 88.

<sup>83</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 21-09-1887, fl. 101 verso.

### Soluções: sulfureto de carbono e cepas americanas

A utilização, a título experimental, tanto do sulfureto de carbono como de videiras americanas foi aconselhada pelo Congresso Filoxérico Internacional de Lausanne, realizado em 1877<sup>84</sup>. Esse conselho baseava-se no facto de a França já aplicar o sulfureto de carbono desde 1869. Portugal só o fez a partir de 1879 e estabeleceu oficialmente a sua utilização no art.º 26.º do decreto de 5 de agosto de 1882<sup>85</sup>. Excessivamente volátil, este inseticida foi aplicado devido à facilidade do manuseio e aquisição acessível<sup>86</sup>. Apresentou resultados diferenciados consoante as regiões, motivo da nossa dúvida sobre como se terão portado os tratamentos com sulfureto de carbono no concelho de Vila Nova de Ourém. As cepas americanas foram o meio mais eficaz, daí o art.º 28.º do decreto mencionado estabelecer a criação de viveiros distritais de videiras americanas para fornecer novas plantações e replantações<sup>87</sup>, mas a adaptabilidade respetiva ao solo definiu as variedades a plantar; assim, quais as variedades adotadas pelos viticultores oureenses?

A descoberta da filoxera na Quinta da Motta promoveu a reunião do Conselho de Agricultura de Santarém a 21 de junho de 1882. Agindo de acordo com o decreto de 24 de dezembro de 1879, o órgão apelou à criação de um posto filoxérico em Vila Nova de Ourém. Solicitou um agrónomo para a localidade com o objetivo de pôr em prática os meios de luta contra a filoxera. Aconselhou as Câmaras Municipais do distrito a enviarem representantes para Vila Nova de Ourém com o intuito de recolha de informações para combater o mal. Pediu grainhas americanas das castas resistentes, dois injetores<sup>88</sup> (ver Fig. 2) e 200 kg de sulfureto à Comissão Central da Régua<sup>89</sup>.

---

<sup>84</sup> Participaram neste encontro a Confederação Suíça, o Império Alemão, o Império da Áustria-Hungria, a Espanha, a França, a Itália e Portugal.

<sup>85</sup> *Providencias Legislativas Adoptadas em Portugal contra a Phylloxera Vastatrix desde 1876 a Março de 1883*, Lisboa, Typ. Casa Minerva, 1883, p. 66.

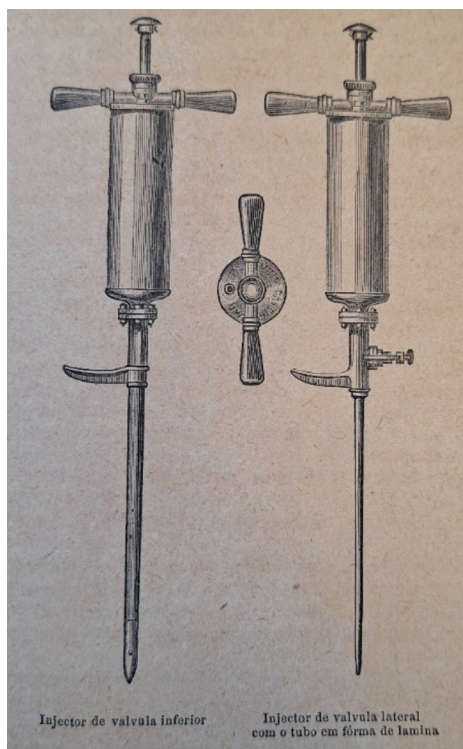
<sup>86</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 18.

<sup>87</sup> *Providencias Legislativas Adoptadas em Portugal...* cit., p. 66 e 67.

<sup>88</sup> O injetor gastine apresentava a forma de “T”, uma vez que era composto por duas pegas, contendo um recipiente, onde era colocado o sulfureto e por uma ponteira que continha uma válvula de retenção ou de distribuição que servia para “não permitir a saída do sulfureto senão quando é obrigado pela pressão exercida sobre o botão da haste do embolo”. Quando pressionado, injetava a dose no solo. In José Maria Dantas Pimenta, *A Vinha e a Philloxera em Portugal*, Torres Novas, Typ. de J. P. Sequeira, 1887, p. 16.

<sup>89</sup> *Gazeta dos Lavradores*, outubro de 1882, p. 151.

Fig. 2 – Injector Gastine.



Fonte: Francisco d'Almeida e Brito, *Guia da Aplicação do Sulfureto de Carbonio contra a Phylloxera*, Lisboa, Lallemand Frères Imprensa, 1884, p. 15.

Em junho, surgia a comissão de vigilância anti filoxérica concelhia, cuja composição e atividade, por ora, desconhecemos<sup>90</sup>. Ao agrônomo distrital incumbia a formação sobre os tratamentos contra a filoxera na Quinta da Motta enquanto não fosse estabelecido um posto filoxérico na região<sup>91</sup>. Após a descoberta do parasita na Quinta, recomeçou os trabalhos no dia 3 de julho de 1882<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 26-06-1882, fl. 33 e verso.

<sup>91</sup> *Districto de Santarém*, n.º 117, 16-07-1882, p. 1.

<sup>92</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 1-07-1882, fl. 34 verso.

António de Sousa e Alvim foi o primeiro proprietário do distrito de Santarém a descobrir e a combater a filoxera<sup>93</sup>. A Quinta da Motta tornou-se um centro vocacionado para as medidas de combate filoxérico aberto a proprietários, técnicos, empregados de outros municípios e até excursões do Instituto Geral de Agricultura de Lisboa. Em 11 de agosto de 1882, o professor Jaime Batalha Reis<sup>94</sup> organizou uma visita a Leiria, por Vila Nova de Ourém, acompanhada pelo agrónomo distrital, Francisco Raimundo da Silveira, para observação do andamento dos trabalhos.

Com recurso a raízes das videiras, o professor explicou a biologia do inseto, podendo-se aferi-lo em todas as fases de desenvolvimento, encontrando-se, naquele momento, na sua maior força. Mais, o agrónomo procedeu à explicação sobre o tratamento pelo sulfureto de carbono através do injetor gastine. Foram aplicadas várias doses a título experimental por cada metro quadrado<sup>95</sup>. O que significava não existirem então certezas sobre a dosagem adequada.

No entanto, ainda no mês de agosto, os tratamentos foram interrompidos pelo Conselho de Agricultura de Santarém porque os resultados obtidos no verão ficaram aquém do desejado para o agrónomo distrital. O sulfureto não tinha prejudicado a vinha, mas a quantidade de insetos mortos não era satisfatória e as limitações eram atribuídas à fácil volatilização da substância devido ao calor<sup>96</sup>. Em virtude desse procedimento, as referências expressas pelo presidente da Câmara Municipal, António Joaquim das Neves Elyseu, sobre a toxicidade do inseticida eram infundadas<sup>97</sup>. A atitude nada cooperante do autarca refletiu-se na imobilidade dos viticultores ourenses, como veremos mais adiante.

Contudo, António de Sousa e Alvim manifestava-se otimista e encomendou barris de sulfureto e injetores para retomar os tratamentos em novembro<sup>98</sup>. Ainda em 1882, o inspetor geral dos Serviços Filoxéricos do Sul, Francisco de Almeida e Brito<sup>99</sup>, visitou as vinhas do concelho e dos municípios limítrofes como Santarém, Tomar e Torres Novas. Conforme concluía, os solos eram pobres, as

---

<sup>93</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>94</sup> Jaime Batalha Reis (1847-1935), formado em agronomia, foi um professor de nosologia vegetal no Instituto Geral de Agricultura. In *Providencias Legislativas Adoptadas em Portugal...*, cit., p. 70.

<sup>95</sup> *Gazeta dos Lavradores*, julho de 1883, p. 108.

<sup>96</sup> *Gazeta dos Lavradores*, outubro de 1882, p. 160.

<sup>97</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>98</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>99</sup> Francisco de Almeida e Brito (1857-1918), foi um destacado agrónomo português e um dos mais conceituados especialistas sobre filoxera em Portugal. In Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I (A-C), Lisboa, Assembleia da República, Imprensa das Ciências Sociais, 2004, p. 473 e 474.

vinhas mal granjeadas e a produção diminuta. Mais, a taxa de mortalidade da vinha, por biénio, era superior, quando comparada com a verificada no Douro, motivo para os conselhos de vigilância e adoção de meios de conservação<sup>100</sup>.

O alastramento da praga além território ourensense impeliu o inspetor a pedir aos municípios mencionados auxílio aos pesquisadores, através do fornecimento de operários na escava das cepas, bem como alimentação. Solicitou o aviso das autoridades competentes em caso de irregularidade nas cepas e a preparação dos viticultores no reconhecimento e combate à moléstia. Instou ainda os guardas campestres a instruírem-se de modo a efetuar as pesquisas nas vinhas. Os municípios aceitaram as orientações e organizaram grupos de pesquisadores. Contudo, a edilidade ourensense foi a exceção porque recusou auxílio aos trabalhos da comissão<sup>101</sup>.

O concelho de Vila Nova de Ourém continuou os tratamentos com o sulfureto de carbono nos meses de outubro e novembro. Em 1882, foram tratados oito hectares<sup>102</sup>. A afluência ao tratamento mostrava-se insipiente no distrito de Santarém, uma vez que só quatro proprietários o exerciam: um de Santarém, outro de Vila Nova de Ourém e dois de Tomar<sup>103</sup>. António de Sousa e Alvim era o único viticultor a tratar as vinhas no concelho. Além de requisitar os materiais necessários, contratou António Guedes, um prático natural de Santa Marta de Penaguião, Alto Douro, para dirigir os trabalhos, a quem pagava “500 réis diários, cama e mesa”<sup>104</sup>.

Em janeiro de 1883, foi criado o posto de tratamento de Paialvo, no concelho de Tomar<sup>105</sup>. Nesse ano, António de Sousa e Alvim comprou neste posto cerca de 945 kg de sulfureto de carbono, isto é, quase 1/3 da transação anual<sup>106</sup>. Este consumo significativo de sulfureto demonstrava o seu empenho no combate à

---

<sup>100</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>101</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>102</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 15.

<sup>103</sup> *Gazeta dos Lavradores*, fevereiro de 1883, p. 31.

<sup>104</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>105</sup> O posto de tratamento de Paialvo situava-se no concelho de Tomar junto à estação de caminho de ferro do norte e servia os concelhos de Tomar, Torres Novas, Vila Nova de Ourém e Vila Nova da Barquinha. Era constituído por duas vinhas, uma de encosta excessivamente calcária e outra de baixa onde predominava o aluvião. Além de fornecer sulfureto de carbono, fazia experiências e era onde se encontrava o chefe de trabalhos que efetuava a pedido o serviço de pesquisas nas vinhas dos viticultores. In *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 18.

<sup>106</sup> Entre janeiro e dezembro de 1883, o posto de tratamento de Paialvo registou o consumo de 3.223 kg de sulfureto de carbono. In *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 20.

praga. Contudo, os esforços ficaram aquém do esperado porque a área tratada correspondia a cerca de 3,5 hectares, apesar dos tratamentos se terem prolongado em 1884<sup>107</sup>. Tal refletia a indiferença na luta contra a praga em Ourém<sup>108</sup>, mas deveu-se sobretudo à desistência de António de Sousa e Alvim por concluir que os terrenos compactos não permitiam a difusão do inseticida<sup>109</sup>.

A Quinta da Motta situava-se no vale de Seiça caracterizado por solos argilosos<sup>110</sup>. Além disso, era importante definir o momento adequado para ministrar o tratamento – se o terreno estivesse húmido, o sulfureto ficava preso na ponta do injetor e evaporava-se<sup>111</sup>. Para Francisco de Almeida e Brito, os tratamentos com sulfureto em terrenos argilosos deveriam realizar-se entre a primavera e o verão<sup>112</sup>. Assim, evitavam-se os terrenos encharcados, mas emergia outro problema, as fissuras do solo seco indutoras da volatilização do sulfureto. A solução residia na cava do solo antes da aplicação do inseticida, porém, tal procedimento encareceria os custos de produção tornando-se inviável para os produtores<sup>113</sup>.

Mais, o êxito do sulfureto dependia do estágio da videira – perdia-se caso a planta estivesse moribunda – e implicava elevada adubação<sup>114</sup>. A falta destes cuidados conduziu à descrença dos viticultores sobre o sulfureto, sobretudo nos contextos de ausência de resultados<sup>115</sup>. Comparando com o distrito de Leiria, o uso do sulfureto foi desaconselhado em solos argilosos, em face das más práticas culturais e à utilização escassa de adubo, substância dispendiosa<sup>116</sup>. Quanto à ação das Câmaras Municipais, a edilidade de Óbidos decidiu assumir o tratamento das vinhas de viticultores pobres para atenuar a propagação da praga<sup>117</sup>. Realidades geográficas próximas com resultados semelhantes, apesar da atuação dos organismos camarários dependerem da sensibilidade respetiva à problemática filoxérica.

---

<sup>107</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 7.

<sup>108</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 6 e 7.

<sup>109</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>110</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 7.

<sup>111</sup> Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros, *Relatório acerca dos Serviços Phylloxericos em 1887 na Circumscricção do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 30.

<sup>112</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX...*, cit., p. 218.

<sup>113</sup> Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros, *Relatório acerca...*, cit. p. 30.

<sup>114</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 9.

<sup>115</sup> Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros, *Relatório acerca...*, cit., p. 30.

<sup>116</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*cit., p. 591.

<sup>117</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 135.

Os resultados pouco expressivos do sulfureto de carbono levaram os viticultores a investir nas cepas americanas para restabelecer os vinhedos “constituindo a fase seguinte – e mais duradoura”<sup>118</sup>. António de Sousa e Alvim obteve barbados vindos de França para experimentar os espécimes mais adaptados à região<sup>119</sup>. Desde 1883 funcionavam vários viveiros distritais, municipais e privados. Estes importaram grainhas, barbados e bacelos americanos da América, França e Itália para sementeira ou plantação, com o objetivo de fornecer aos viticultores exemplares semelhantes<sup>120</sup>.

Em março de 1884, a Comissão Central Anti Filoxérica enviou à edilidade ourensense as grainhas requisitadas e estabeleceu a distribuição respetiva pelos viticultores interessados. Simultaneamente, encetou a procura de terreno para arrendar para constituir um viveiro<sup>121</sup> municipal<sup>122</sup> e nomeou o guarda campestre Manuel Martins para se habilitar à pesquisa no posto de tratamento de Paialvo<sup>123</sup>. Estas decisões revelavam uma mudança positiva na posição do executivo municipal sobre a necessidade de colaborar com os organismos estatais no combate à filoxera.

Apesar da solução se encontrar nas cepas americanas, muitas variedades não podiam ser utilizadas como produtores diretos devido à fraca produção e sabor do vinho, motivo pelo qual eram utilizadas como cavalos<sup>124</sup> da cepa europeia<sup>125</sup>. A *Gazeta dos Lavradores* alertava para os estudos a desenvolver no domínio da adaptabilidade das variedades americanas às portuguesas e aos diferentes tipos de solos<sup>126</sup>. Nos anos seguintes, os viticultores ourensenses empenharam-se nessa seleção.

Encontrámos diversos relatos de alguns viticultores ourensenses produzidos entre 1886 e 1898. António de Sousa e Alvim foi o primeiro viticultor a encetar as experiências com cepas americanas; aliás, *A Vinha Portuguesa* enalteceu

---

<sup>118</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX...*, cit., p. 219.

<sup>119</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>120</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884...*, cit., p. 44.

<sup>121</sup> Pelo menos até 1890, “neste concelho não há estabelecimento de venda de plantas e viveiros; existe apenas um viveiro particular de bacellos americanos pertencente ao Exmo. António de Sousa e Alvim, da Quinta da Motta que gratuitamente tem dispençado porções aos seus amigos”. In AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1431, 29-05-1890, fl. 94 verso.

<sup>122</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 26-03-1884, fl. 8 verso.

<sup>123</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 30-04-1884, fl. 10.

<sup>124</sup> Cavalo é sinónimo de porta-enxerto. In Pedro Bravo e Duarte de Oliveira, *Viticultura Moderna*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, Oficinas de Commercio do Porto, 1921, p. 435.

<sup>125</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884...*, cit., p. 16.

<sup>126</sup> *Gazeta dos Lavradores*, janeiro de 1884, p. 6.

esses esforços porque “poucos teem tomado a sua iniciativa e adiantado tanto na cultura das americanas”. Em descrição de 1886, o viticultor pretendia avaliar a resistência e a adaptação das castas aos terrenos. No viveiro particular encontravam-se variedades como a Jacquez, Riparia, Rupestris, Solonis, Vialla e York-Madeira. Dava conta dos resultados dos barbados de Jacquez plantados em 1883, dos quais tinha colhido três almudes de vinho, “que me não desagrada”<sup>127</sup>.

Em novembro de 1887, António de Sousa e Alvim mudou de opinião sobre a Jacquez, enquanto produtor direto, atendendo à produtividade escassa e à incapacidade de se desenvolver em sítios húmidos, preferindo-a para porta-enxerto. Afastava as variedades Herbemont, Cunningham e Rotundifolia por serem pouco resistentes à filoxera, às doenças fúngicas, por amadurecerem tarde e não se adequarem a solos argilosos e húmidos, além da dificuldade em se desenvolverem através de estaca<sup>128</sup>.

Em 1888, António de Sousa e Alvim ganhou o concurso organizado pela Junta Geral do Distrito de Santarém sobre os viveiros de cepas americanas. Alcançou o primeiro prémio, no valor de 150\$000 réis, como recompensa pela dedicação ao estudo das enxertias e adaptação das diferentes castas americanas aos solos e clima locais<sup>129</sup>. Nesse ano, concluiu que o garfo<sup>130</sup> de Tintureiro casava bem com o cavalo da casta Jacquez; que a casta Baga não mostrava afinidade com o porta-enxerto Solonis, ao invés do sucedido com os porta-enxertos Rupestris e Riparia. Em 1891, as investigações permitiam-lhe aferir os garfos enxertados em porta-enxertos Solonis e Rupestris com menor vigor se comparados com os porta-enxertos Riparia, York-Madeira e Jacquez<sup>131</sup>.

Em dezembro de 1892, Victorino de Carvalho<sup>132</sup>, residente na Freixianda, abordou a situação filoxérica no concelho. Além do testemunho sobre as suas atividades anti filoxéricas, reportava o sentimento genérico dos viticultores ourensens

---

<sup>127</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 46 e 47.

<sup>128</sup> *A Vinha Portuguesa*, novembro de 1887, p. 340.

<sup>129</sup> *Relatório do Jury nomeado para visitar os viveiros de cepas americanas inscriptos para o concurso promovido pela Junta Geral do Districto de Santarém*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 19 e 20.

<sup>130</sup> Designa-se por garfo o fragmento de ramo aéreo que vai ligar ao porta-enxerto por via da enxertia. In Pedro Bravo e Duarte de Oliveira, *Viticultura Moderna...*, cit., p. 435.

<sup>131</sup> *A Vinha Portuguesa*, maio de 1891, p. 157.

<sup>132</sup> Victorino José Pereira de Carvalho (1830-1908), natural da Freixianda, foi um advogado ourensense. Exerceu diversos cargos, nomeadamente o de presidente da Câmara Municipal e administrador do concelho de Vila Nova de Ourém, procurador da Junta Geral do Distrito e governador civil de Santarém em 1890. In *Correio da Extremadura*, n.º 882, 7-03-1908, p. 1.

Começa a sentir-se a necessidade de recorrer à reconstituição da vinha com a planta americana. Alguns vão já ensaiando a plantação, mas ainda assim com grande receio porque surgem notícias, de que muitas das castas americanas não são resistentes e todos receiam perder o seu trabalho e o capital empregado<sup>133</sup>.

Portanto, “pode dizer-se que para a resistência ninguém se preparou”<sup>134</sup>, porque a maioria dos viticultores oureenses começou tarde a apostar nos bacelos americanos com receio dos resultados, em parte, devido à multiplicidade de conclusões.

No viveiro privado, Victorino de Carvalho tinha Jacquez, Vialla e Rupestris. Das enxertias efetuadas afiançava bons resultados, tanto nos estádios iniciais como na transplantação definitiva<sup>135</sup>. Em 1893, segundo particularizava, as enxertias plantadas no ano anterior “produziram muita e optima uva. Eram feitas em Jacquez, Solonis, e Rupestris, com garfos de Tintureiro, Fernão Pires e Malvasia”. O viticultor aludiu à ausência de diferenças entre as várias enxertias, apesar da reputação funesta da Rupestris<sup>136</sup>.

Em 1898, Carlos de Faria e Almeida, residente no Olival, deu conta do emprego de porta-enxertos Aramon x Rupestris Gansin n.º 1 e Rupestris du Lot, em encostas. Simultaneamente, teceu elogios à fácil adaptação desses, desde os terrenos argilosos aos mais delgados, aos ótimos resultados e à frutificação abundante. Em várzea, o viticultor plantou Riparia Grande Glabra d’Arnaud nas áreas mais enxutas; a Riparia Gloire de Montpellier em terrenos mais equilibrados e a Riparia comum para os sítios mais húmidos. Quanto aos garfos, utilizou Malvasia, Tinta Mole, Fernão Pires, Castelhão Francês e Baga<sup>137</sup>.

Na Quinta de Alcaldaria-Mor, freguesia de Vila Nova de Ourém, propriedade do barão de Alvaíazere<sup>138</sup>, encontravam-se plantados 230 milheiros de videiras americanas. Os garfos de castas utilizados eram a Fernão Pires, Malvasia, Diagalves, Periquita, Petit Bouschet e Alicante Bouschet; os porta-enxertos recaíam na “Riparia grande glabra nas várzeas e Aramon x Rupestris nas encostas”<sup>139</sup>.

---

<sup>133</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

<sup>134</sup> *A Vinha Portuguesa*, janeiro de 1891, p. 5.

<sup>135</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

<sup>136</sup> *A Vinha Portuguesa*, março de 1893, p. 75.

<sup>137</sup> *A Vinha Portuguesa*, junho de 1898, p. 185 e 186.

<sup>138</sup> Miguel Vieira de Vasconcelos Portocarrero Sousa e Almeida (1865-1927), mais conhecido por barão de Alvaíazere, foi o terceiro a usar o título. Além de abastado proprietário foi um grande viticultor, tendo-se dedicado à produção e venda de bacelos americanos. In *A Verdade*, n.º 958, 11-09-1898, p. 2.

<sup>139</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 234 e 235.

Assim, as castas utilizadas por António de Sousa e Alvim e Victorino de Carvalho eram as comuns no distrito, nomeadamente a Riparia, Rupestris, Solonis e Vialla devido à facilidade “de adaptação, resistência e afinidade para a enxertia”<sup>140</sup>. A Jacquez foi considerada um bom porta-enxerto, porque o vinho apresentava falta de acidez, cor violácea, sobretudo se não fosse adicionado tártaro. Mas o emprego pelos ourenses deveu-se à capacidade adaptativa nos terrenos argilosos e arenosos com boa proporção de sílica<sup>141</sup>. O viveiro da Quinta da Motta, situava-se “em terreno silico-argiloso, que possui: 74,640 por cento de sílica, 19,160 por cento de argila, 1,032 por cento de cal”<sup>142</sup>.

Sobre a Rupestris constatamos opiniões contrárias. António de Sousa e Alvim desconsiderou-a como porta-enxerto por não se coadunar com os solos de várzea nos quais o viticultor a plantou. Preferiu aplicá-la nas encostas e nos solos secos; já em argilosos vermelhos, adaptou-se na região da Freixianda como aferiu Victorino de Carvalho. Enquanto Carlos de Faria e Almeida e o barão de Alvaíazere plantaram as variedades em solos acerca dos quais se perspectivava a adaptação<sup>143</sup>. Esta generalização indica-nos uma certa orientação nesse sentido e uma evolução clara na ciência vitícola.

Em face dos relatos, os grandes proprietários empenharam-se na “adaptação da planta americana”. Enquanto o pequeno proprietário “vae seguindo o seu visinho mais abastado na reconstituição de alguns hectares de vinha”<sup>144</sup>. Contudo, sublinhe-se os custos associados à operação, motivo da desconfiança dos pequenos viticultores ourenses em aderir às cepas americanas.

Por fim, entre 1893 e 1902, “o anno de maior plantação de vinha n’este concelho foi de 1897”<sup>145</sup>. A nível distrital, o ano anterior atingiu o máximo, com cerca de 1.150 hectares plantados, diminuindo drasticamente em 1900 para 60 hectares. Portanto, durante esse período replantaram-se e plantaram-se 4.910 hectares de vinhas só no distrito de Santarém. Comparando com os distritos mais próximos, encontrava-se à frente do distrito de Leiria, com 1.320 hectares, mas atrás do de Lisboa com 26.000 hectares. Este aumento da área plantada foi visível em Portugal continental, com cerca de 62.835

---

<sup>140</sup> Carlos de Moraes Palmeiro, *Memória sobre a economia da Sétima Região Agronómica*, ISA, Dissertação Inaugural, 1891, p. 75.

<sup>141</sup> José Dias da Silva, *Reconstituição dos vinhedos velhos...*, cit., p. 43 e 47.

<sup>142</sup> *Relatório do Jury nomeado para visitar os viveiros de cepas americanas inscriptos para o concurso promovido pela Junta Geral do Districto de Santarém...*, cit., p. 17 e 18.

<sup>143</sup> José Dias da Silva, *Reconstituição dos vinhedos velhos...*, cit., p. 57, 60 e 61.

<sup>144</sup> *A Agricultura Nacional*, n.º 23, 29-01-1895, p. 363.

<sup>145</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1444/1, 11-09-1903, fls. 16 verso e 17.

hectares, onde estão incluídos os dados dos distritos mencionados<sup>146</sup>. Assim, os viticultores oureenses, tal como os restantes, consciencializaram-se que a única solução para restaurar os vinhedos consistia em plantar cepas americanas enxertadas com garfos indígenas, uma vez assumida a manutenção da qualidade do vinho<sup>147</sup>.

### Inovações técnicas e tecnológicas

As pragas e as doenças que assolaram o vinhedo europeu na segunda metade do século XIX, contribuíram para introduzir melhores granjeios na manutenção. A introdução dessas inovações foi observável no concelho oureense no domínio da geometrização das plantações com o devido espaçamento, nos tipos de enxertias adotados, nas podas e até nas práticas de adubação. De facto, a filoxera impeliu os viticultores a adotar novas técnicas de manutenção, em parte exigidas pelas novas vinhas, com impacto no aumento dos custos de produção.

No concelho em estudo, as alterações foram aplicadas pelos grandes viticultores ou pelos mais ilustrados, não sendo, contudo, possível confirmar a generalização de tais práticas. Começamos pelas plantações das novas vinhas de António de Sousa e Alvim e Carlos de Faria e Almeida: o primeiro plantou-as a dois metros de distância<sup>148</sup>, o segundo a 1<sup>m</sup>,80 e a 1<sup>m</sup>,50<sup>149</sup>, plantações que beneficiaram do sistema em quincôncio. Estabelecida a distância entre as plantas na primeira linha, a segunda adquiria uma colocação intercalar, ou seja, entre as duas plantas da linha anterior e assim sucessivamente<sup>150</sup>. Já as plantações de barbados do barão de Alvaíazere observaram o método do quadrado, com uma distância de oito palmos uns dos outros<sup>151</sup>.

A prática da enxertia evidenciou-se quando os viticultores compreenderam a necessidade respetiva na reconstituição dos vinhedos. No concelho foram utilizados vários métodos, por exemplo, a fenda inglesa, a lateral, a cheia e a dupla<sup>152</sup>, conforme a Fig. 3, apesar de os dois últimos serem os mais citados nos

---

<sup>146</sup> ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Correspondência relativa à Estatística Agrícola*, proc. 7 – NP 952.

<sup>147</sup> *Gazeta dos Lavradores*, fevereiro de 1885, p. 29.

<sup>148</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 47.

<sup>149</sup> *A Vinha Portuguesa*, junho de 1898, p. 185.

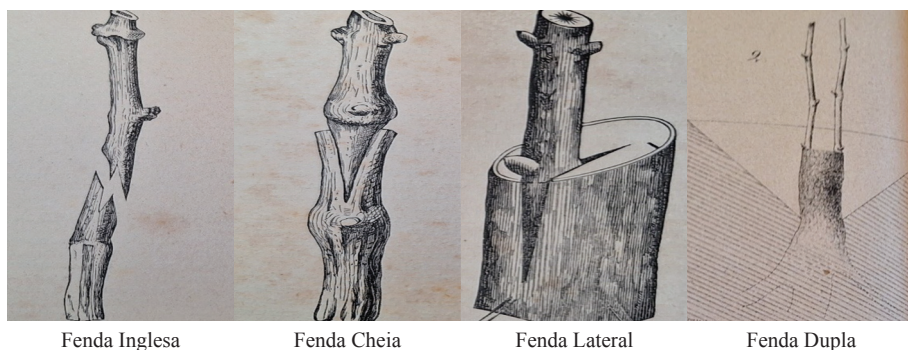
<sup>150</sup> *Gazeta das Aldeias*, n.º 427, 6-03-1904, pp. 135 e 136.

<sup>151</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 234.

<sup>152</sup> A fenda inglesa caracterizava-se pela necessidade de o garfo e o cavalo terem o mesmo diâmetro. O cavalo era cortado em bisel. Deveriam ser efetuados quatro golpes: um em bisel no

relatos identificados. Tal poderia significar a ausência de resultados satisfatórios na utilização da fenda lateral e, sobretudo, a fenda inglesa, como atestava um viticultor oureense não identificado ao mencionar o falhanço<sup>153</sup>.

Fig. 3 – Enxertias.



Fonte: Visconde de Vilarinho de S. Romão, *Enxertia da Videira*, Lisboa, M. Gomes – Editor, 1893, p. 34-40.

A utilização de fertilizantes foi amplamente difundida no último quartel do século XIX. Os viticultores recorreram a adubos químicos, animais e vegetais “durante a fase de recuperação económica que se seguiu à filoxera”<sup>154</sup>, beneficiando de medidas estatais, nomeadamente o transporte gratuito de adubos nos caminhos de ferro do Estado<sup>155</sup>. A adubação tornou-se indispensável; nuns casos para a videira suportar os tratamentos e continuar

---

garfo, outro para abrir a fenda no garfo e dois semelhantes no cavalo. Para executar a fenda lateral era necessário cortar horizontalmente o cavalo a dois centímetros do nó e abrir uma fenda de três a quatro centímetros de profundidade. Com uma cunha conservava-se a fenda aberta, permitindo colocar o garfo, que deveria conter, pelo menos, dois olhos, o garfo deveria ser colocado o mais perto possível do nó. A fenda cheia era adotada para porta-enxertos e garfos com igual grossura. O cavalo era fendido e o garfo era talhado em cunha. A fenda dupla era um processo de enxertia utilizado sobretudo em porta-enxertos grossos em semelhante processo à fenda lateral. In Visconde Vilarinho de S. Romão, *Enxertia da Videira*, Lisboa, M. Gomes – Editor, 1893, p. 33-41.

<sup>153</sup> *A Vinha Portuguesa*, abril de 1887, p. 109.

<sup>154</sup> Amélia Branco e Ester Gomes da Silva, “Crescimento, mudança institucional e inovação, 1820-1930” in Dulce Freire e Pedro Lains (eds.), *Uma História Agrária de Portugal, 1000-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2024, p. 292 e 293.

<sup>155</sup> Essa gratuidade foi estabelecida pelo decreto de 16 de junho de 1880 para a região Duriense, tendo sido alargada a todo o território nacional com o decreto de 9 de dezembro de 1886. In Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 670.

produtiva, noutros porque os porta-enxertos americanos necessitavam de nutrientes ausentes de solos precários. António de Sousa e Alvim utilizava “estrume de curral, engaço, o bagaço de purgueira, dito de azeitona, o trapo de lã, a albufeira, etc. De todos a albufeira e o trapo é que teem dado melhor resultado”<sup>156</sup>. Na suas propriedades, o barão de Alvaiázere colocava os rebanhos de ovelhas a pastarem entre as videiras, que eram, assim, fertilizadas com os dejetos dos animais<sup>157</sup>.

Relativamente a adubos químicos não encontrámos, até agora, qualquer referência à sua utilização. Tal cenário, contrasta com o aumento do seu consumo na circunscrição do Sul de 16.600 toneladas de adubos entre 1889 e 1892, das quais, 12.100 toneladas, destinaram-se aos distritos de Santarém e de Lisboa<sup>158</sup>. Ainda assim, a falta de um Sindicato Agrícola, a estrutura agrária dividida e de escassos recursos podem explicar a preferência por adubos animais e vegetais por serem mais baratos e de fácil acesso.

Os processos de poda e de disposição da videira também se alteraram, por exemplo, o barão de Alvaiázere realizava a primeira operação mais tarde para evitar prejuízos causados pelas geadas; as cepas eram podadas em latada contendo cinco ou mais varas; era deixado cerca de 0,50 centímetros entre os braços da videira e o solo “a fim de as uvas não estarem em contacto com a humidade do solo”<sup>159</sup>. Todas estas disposições facilitavam os tratamentos das videiras e evitavam o aparecimento de doenças fúngicas.

Contudo, nenhum dos relatos encontrados mencionou a utilização de maquinaria na plantação de vinhas, nas surribas ou até na aplicação dos tratamentos, como observava Miriam Halpern Pereira<sup>160</sup>. No concelho em estudo, tal não se colocava. Segundo se pode apurar, o trabalho braçal, com recurso à enxada, era a norma, justificada pela pequena dimensão das parcelas de vinha, impeditiva da mecanização, mas também pela existência de outras culturas entre a vinha, como olival, à semelhança do ocorrido nas vinhas na Lourinha, do barão de Alvaiázere<sup>161</sup>. Como estamos perante uma agricultura de subsistência, seria impensável o arranque de oliveiras para mecanizar a vinha, além da falta de capital para esse investimento.

---

<sup>156</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 47.

<sup>157</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 236.

<sup>158</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 672.

<sup>159</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 234 e 235.

<sup>160</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 171.

<sup>161</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 236.

## Impacto na produção vinícola

A produção vinícola do concelho de Vila Nova de Ourém foi afetada pela praga filoxérica.

Quadro 3 – Produção Vinícola do concelho de Vila Nova de Ourém.

| Anos                 | 1881   | 1882   | 1886  | 1892   | 1895  |
|----------------------|--------|--------|-------|--------|-------|
| Produção/hectolitros | 17.680 | 13.450 | 4.000 | 12.050 | 3.870 |

Fontes: *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, n.º 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 833; *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 2; ANTT, Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, *Correspondência relativa ao Inquérito Agrícola de 1887-1890*, proc. 56 – NP 943, 1886; *Boletim da Comissão Central Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites*, n.º 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 69; AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, livro n.º 1435, 15-05-1896, fl. 2.

Segundo o Quadro 3, constatamos a diminuição produtiva logo em 1882, ano da descoberta da invasão filoxérica no concelho. Relembre-se, em 1881, a Quinta da Motta, com uma média habitual de 400 pipas, produziu 120. Este facto justificava os dados estatísticos. Assim, o concelho ourense não acompanhou o aumento produtivo até meados da década de 1880, defendido por Miriam Halpern Pereira para a região da Estremadura. Acréscimo devido a novas plantações de vinhas efetuadas nas décadas anteriores, ditadas pela baixa competitividade do preço do trigo e a “alta do preço do vinho desencadeada pela abertura ocasional do mercado francês”<sup>162</sup>.

Em 1885, algumas vinhas já não produziam<sup>163</sup>, resultado da disseminação da praga pelo concelho, evidenciando-se uma quebra acentuada face à produção de 1886. Em abril de 1887, um viticultor anónimo asseverava: as vinhas “por aqui continuam em decadência. Eu tive menos um terço do vinho do outro anno, o que attribuiu na maior parte, aos frios de maio e junho passado; e esse pouco que houve aqui está, sem ninguém o procurar”<sup>164</sup>. Portanto, apesar dos efeitos da filoxera, o clima também contribuiu para a quebra de produção.

Até 1889, a Direcção Geral de Agricultura apontava para uma redução da produção em 85%, partindo do valor de 1881<sup>165</sup>. Este cenário manteve-se em

<sup>162</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 165.

<sup>163</sup> *Gazeta das Aldeias (Política e Agrícola)*, n.º 17, 25-10-1885, p. 3.

<sup>164</sup> *A Vinha Portuguesa*, abril de 1887, p. 109.

<sup>165</sup> *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, n.º 9, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 981.

1890, uma vez que “esta produção promete grande diminuição em vista do estado phyloxerado em que se acham os vinhedos d’esto concelho”<sup>166</sup>. Victorino de Carvalho confirmava ter sido “pequena a última colheita de vinho”<sup>167</sup>. Em 1892, perdurava, pois, “Vae diminuindo n’esto concelho cada vez mais a produção do vinho. A terrível philloxera tem-se apoderado de todo o vinhedo, e não tardará, que acabe com o que ainda resta”<sup>168</sup>. A referência a doenças fúngicas, como mildio, não se verificou, não lhe podendo ser imputada responsabilidade.

Segundo Miriam Halpern Pereira, a região da Estremadura sofreu com a crise de superprodução de 1887 devido ao excesso de produção e à falta de compradores de vinho<sup>169</sup>. Como vimos, no caso ourensense, a superprodução não se verificou; pelo contrário, a produção continuou em queda, apesar de os viticultores não conseguirem vender o pouco vinho produzido. De facto, a partir de 1889, o mercado francês diminuiu a importação de vinho português à medida que as vinhas francesas iam recuperando da invasão filoxérica. Ao mesmo tempo, a partir de 1892, França aplicou tarifas para proteger a produção nacional, importando vinho da Argélia para lotar com o vinho francês<sup>170</sup>.

A dificuldade dos viticultores em vender a escassa produção explicava os 12.050 hectolitros correspondentes a 1892, ou seja, este número resultava da acumulação de produções nas adegas e não somente da produção anual. Aliás, Victorino de Carvalho referia que, nesse ano, o vinho “foi pouco, mas de boa qualidade havendo algum da novidade anterior que se não consumiu por ser o preço pouco remunerador”<sup>171</sup>.

Quadro 4 – Preço do vinho (almude 18,720 L) no concelho de Vila Nova de Ourém.

| Ano  | 1882 | 1883 | 1884 | 1885 | 1886 | 1887 | 1888 | 1889 | 1890  |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Réis | 800  | 850  | 600  | 425  | 700  | 600  | 550  | 950  | 1.000 |

|  | 1891 | 1892  | 1893  | 1894  | 1895  | 1896  | 1897  | 1898  | 1899  | 1900 |
|--|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
|  | 800  | 1.050 | 1.800 | 1.200 | 1.000 | 1.000 | 1.100 | 1.300 | 1.100 | 997  |

Fonte: AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livros n.º 516/1, 517 e 518, 1882-1900.

<sup>166</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1431, 28-02-1890, fl. 82.

<sup>167</sup> *A Vinha Portuguesa*, janeiro de 1891, p. 5.

<sup>168</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

<sup>169</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 175.

<sup>170</sup> Pedro Lains, “Portugal” in Kym Anderson e Vicente Pinilla, *Wine Globalization: a new comparative history*, Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 192 e 193.

<sup>171</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

Os preços do vinho no Quadro 4 evidenciam uma oscilação constante. Em 1886, o preço disparou, motivado pela diminuição drástica da produção. De 1888 a 1889, operou-se nova valorização, cujo auge se verificava em 1893. A partir de 1894, descia ligeiramente e manteve-se pouco oscilante até ao fim do século. O aumento dos preços confirmava a quebra de produção vinícola, com valores máximos em 1893 “porque o vinho do concelho não chega para o consumo, e dos visinhos não pode vir, porque o não teem”<sup>172</sup>. Situação alterada em outubro do mesmo ano; em reunião de Câmara ficou decidida a não importação de vinhos espanhóis porque a colheita coeva somada à passada garantia as necessidades de consumo<sup>173</sup>. Para os anos de 1887, 1888 e 1891, caracterizados por quebras acentuadas no preço, ainda não encontrámos fontes que nos ajudem a explicar a evolução do mercado.

Recordando o Quadro 3, a produção de 1895 atingiu mínimos, cerca de 3.870 hectolitros; ainda assim, este valor era superior à média dos últimos cinco anos. Nesse ano, todas as freguesias produziam vinho, contudo, a produção não excedia o consumo dos mercados. Apesar das freguesias de Seiça, Olival e Vila Nova de Ourém exportarem alguns vinhos, a venda ao exterior mantinha-se em valores reduzidos face à importação. Perspetivava-se que “todas as freguesias hadem apresentar a produção vinícola por se terem feito n’estes três últimos annos muitas plantações de vides amaricanas estando bastantes plantações a darem um magnifico resultado”<sup>174</sup>.

Infelizmente ainda não encontrámos estatísticas sobre a produção vinícola após 1895, mas os preços indicados no Quadro 4 induzem a manutenção dos níveis produtivos, pelo menos, até 1899, ano da primeira quebra do preço. A plantação de bacelos americanos contribuiu para a recuperação a partir de 1899, com impactos económicos para os viticultores. Segundo Miriam Halpern Pereira, o aumento da produção e a falta dos habituais mercados, dificultaram o escoamento do vinho originando uma crise de superprodução prolongada na primeira década do século XX<sup>175</sup>.

## Conclusões

Depois de confinada na região duriense, a filoxera deu sinais no concelho de Vila Nova de Ourém, em 1882. Localizada na Quinta da Motta, freguesia

---

<sup>172</sup> *A Vinha Portuguesa*, março de 1893, p. 75.

<sup>173</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 4-10-1893, fl. 200 verso.

<sup>174</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1435, 15-05-1896, fl. 2.

<sup>175</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 229.

de Seíça, propriedade de António de Sousa e Alvim, expandiu-se até 1887, data em que a sua presença já se manifestava em todas as freguesias do concelho. A importação de videiras, árvores e arbustos da Casa Marques Loureiro, do Porto, pelo proprietário da Quinta supramencionada, esteve na origem da invasão filoxérica no concelho ourensense. A filoxera, ajudada indiretamente pelos meios de transporte, rapidamente se disseminou por intermédio da ação do homem e do vento.

Inicialmente, a praga foi desvalorizada pela autoridade municipal e pela maioria dos viticultores ourensenses. A Câmara Municipal recusou contribuir para solucionar o problema, atitude mantida até 1884. Nessa data, mandou instruir um guarda campestre, requisitou grainhas e aspirou construir um viveiro municipal. Entre os viticultores, observou-se um alheamento geral quanto à resistência prévia, visível no aumento repentino da área filoxerada e na estagnação da zona tratada com sulfureto.

Como constatámos, numa primeira fase, só António de Sousa e Alvim empregou esforços, mesmo improficuos, tornando a Quinta respetiva em local de experiências e de troca de conhecimento. Segundo verificámos, os tratamentos com sulfureto de carbono não obtiveram os resultados desejados devido às características físicas do solo, isto é, solo argiloso e calcário, o que dificultou tanto a aplicação do inseticida como a distribuição. Ao mesmo tempo, a falta de granjeios contribuiu de igual forma para o insucesso da ação do inseticida.

A reconstituição dos vinhedos com cepas americanas revelou-se a única solução e António de Sousa e Alvim tomou a dianteira. Este viticultor efetuou ensaios até conseguir identificar as variedades com maior capacidade adaptativa tanto ao solo como aos garfos de variedades autóctones. A partir de 1892, mais viticultores lhe seguiram o exemplo nos viveiros respetivos, sobretudo os mais abastados, apesar de terem sempre em conta os resultados do primeiro.

Neste tópico, concluímos que as variedades utilizadas variaram consoante o solo, o clima e os granjeios de cada viticultor. A reconstituição ocupou toda a década de 1890 e atingiu o auge em 1897. Ao mesmo tempo, constatamos que os grandes viticultores empreenderam novas técnicas de plantação, poda e adubação, recorrendo a adubos naturais com o objetivo de evitar doenças fúngicas e aumentar a produção. Trabalhos nada mecanizados, todos com recurso à enxada.

Para terminar, em termos produtivos, o concelho não acompanhou na plenitude a tendência esboçada na historiografia, uma vez que sofreu uma diminuição produtiva, não se observando a crise de sobreprodução de 1887. Muito pelo contrário, o concelho continuou a trajetória de quebra de produção, agudizada até 1893, com a subida exponencial do preço do vinho.

Por conseguinte, o concelho necessitou de recorrer a outros mercados para se abastecer, dado que, até meados da década de 1890, importava mais do que exportava. Contudo, as novas plantações e melhores granjeios perspectivavam o restabelecimento produtivo no final do século.

